

HABEAS CORPUS Nº 567.949 - SP (2020/0072630-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CUKIER DOS SANTOS - RJ147350
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS HENRIQUE LEVI BUENO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de CARLOS HENRIQUE LEVI BUENO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1502786-57.2018.8.26.0536).

Foi o paciente condenado, pelo crime de tráfico de entorpecentes, à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, bem assim ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Nos termos da peça acusatória, o réu foi surpreendido na posse de 15 (quinze) tabletes de maconha, pesando aproximadamente 6kg (seis quilos).

Contra o édito condenatório insurgiu-se a defesa. Entretanto, os desembargadores integrantes da Sexta Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, negaram provimento ao recurso.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 37):

1. Apelação criminal. Tráfico de entorpecente. 2. Materialidade delitiva demonstrada pelos autos de prisão em flagrante e de apreensão da substância entorpecente, laudo de exame químico-toxicológico e prova oral. 3. Autoria comprovada pela palavra de testemunhas policiais que prenderam o réu em flagrante. Depoimentos insuspeitos e harmônicos, suficientes para alicerçar o decreto condenatório. 4. Penas fixadas no mínimo Inaplicável o redutor previsto no § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06 à hipótese. 5. Recurso desprovido.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública estarem presentes os requisitos necessários à incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Destaca a primariedade do réu. Pondera

que os fundamentos apresentados pelas instâncias de origem não justificam o afastamento do benefício. Pede, liminar e definitivamente, a aplicação da minorante descrita no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, com a consequente alteração do regime inicial de cumprimento da sanção e a substituição da reprimenda reclusiva por medidas restritivas de direitos.

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator